
“Queremos valorizar a universidade”

Entrevista do ministro Tarso Genro

Publicada no jornal - A Tarde em 06/03/2005

Pressionado por dirigentes de universidades particulares e até por professores das universidades federais, o ministro da Educação, Tarso Genro, se defende como pode.

Há duas semanas reuniu diversas entidades no Palácio do Planalto e entregou ao presidente da República uma lista de assinaturas de apoio à reforma universitária que o governo quer propor ao Congresso ainda este ano.

Nesta entrevista ao repórter Umberto de Campos, da Sucursal de A TARDE em Brasília, o ministro diz que a reforma universitária é uma necessidade e explica os princípios que nortearão a proposta a ser encaminhada ao Congresso.

A TARDE - Ministro, por que motivo a proposta da reforma universitária causa tanta polêmica?

Tarso Genro - Nós terminamos a versão preliminar de um anteprojeto, para discutirmos com a sociedade e com as instituições o conteúdo da reforma e o seu processamento. Portanto não há nenhuma proposta arbitrária do governo em relação à reforma. Mas essa proposta já traduz alguns princípios. Primeiro, um novo sistema de financiamento da universidade pública, vinculado à autonomia da sua gestão orçamentária, portanto, da sua capacidade de gerir os próprios recursos.

Segundo, uma proposta clara de expansão com qualidade, visando chegar até 2011 com 40% das vagas públicas.

Terceiro, um novo sistema regulatório para esse sistema estatal de ensino, visando não suprimir o seu crescimento, mas adequá-lo ao desenvolvimento local ou regional, acabando com o crescimento vegetativo irracional que ocorre em determinadas regiões do País, degradando a totalidade do sistema de ensino. Quarto, afirmar na sua plenitude a autonomia política e administrativa da universidade permitindo que ela própria arbitre a forma de eleição de seu reitor e o peso dos votos dentro do seu corpo interno.

Em quinto lugar, estabelecer uma relação da universidade com a sociedade, já que a Constituição aponta para a gestão democrática do ensino. Queremos instituir um conselho social que faça esse vínculo, que estabeleça uma forma de comunicação da universidade com a sociedade, permitindo, portanto, que a autonomia da universidade seja implementada com maior conhecimento de causa.

A que o senhor atribui o grande número de críticas? É desconhecimento do projeto ou seria pura e simplesmente oposição a uma idéia deste governo?

Tem três tipos de críticas. As que vêm por oposição política, porque são contra um projeto desta natureza, o que é natural e democrático numa sociedade plural. O segundo tipo é o que vem pelo desconhecimento, porque apanharam apenas as primeiras informações que saíram através de notícias distorcidas, sem esclarecer que este é um projeto, apenas, para uma primeira discussão. E em terceiro lugar há a crítica interessada. Tem uma crítica de uma certa parte do setor privado que acha que o setor não pode ser regulado, que o Estado não pode regular esse tipo de oferta de serviços educacionais, equiparando, a partir dessa visão, a educação a uma mera mercadoria. Mas todas as críticas para nós são respeitáveis. Nós queremos processá-las, discuti-las e fazer um bom projeto. Que ele obtenha a máxima consensualidade e que, no seu centro, tenha a valorização da universidade pública de qualidade e com capacidade de expansão.

E para o estudante, para o brasileiro do futuro, quais serão as vantagens? A melhoria do ensino virá em que momento?

Primeiro, porque esse projeto é apresentado pela primeira vez com uma pauta de qualidade muito forte, como, por exemplo, exigir das universidades, tanto públicas como privadas, um número mínimo de doutores e mestres para lecionar nas escolas. Segundo, porque elas têm que apresentar um plano de desenvolvimento educacional de cinco em cinco anos, apontando para a sua qualificação, para a sua expansão. Terceiro, porque pela primeira vez tem uma parte dos recursos - que são recursos retidos - para ser aplicada exclusivamente em projetos de qualidade e expansão apresentados pelas próprias instituições. E também, em quarto lugar, porque esses mecanismos de qualificação e de regulação devem alcançar as instituições não estatais, portanto as privadas, melhorando o sistema de ensino superior como um todo.

Há quem diga que o Brasil ainda não tomou uma decisão política pelo ensino. A atual Constituição prevê que o País seja obrigado a utilizar um determinado volume de recursos em educação. Mas o País deveria aumentar esse volume porque a educação - e há outros países como exemplo - é a única saída para um crescimento efetivo no futuro. O senhor compartilha dessa idéia?

Compartilho plenamente. Já tivemos uma evolução, de 2004 para 2005, não só melhorando substancialmente os recursos para a universidade pública, que cresceram mais de 30% em termos reais, como também tivemos verbas mais substanciais, por exemplo, para a merenda escolar e para a qualificação dos professores. Mas ainda não chegamos próximos ao ideal. O ideal será quando nós votarmos o Fundeb, transformando o Fundo de Financiamento da Educação Fundamental em Fundo de Financiamento da Educação Básica, e tivermos recursos suficientes não só para manter o per capita do ensino fundamental e permitir a sua evolução de acordo com a evolução da inflação, mas também para expandir e qualificar plenamente o ensino

médio, que é um gargalo estrutural no sistema educacional brasileiro. Tanto é verdade que hoje apenas 32 a 33% dos alunos do ensino fundamental passam para o ensino médio. O que é um percentual extremamente baixo.

Isso é coisa para ser resolvida em quantos anos, ministro?

Eu tenho uma visão de que choque é aventura. Essa visão de choque, de achar que se vai resolver com choque financeiro, com choque pedagógico, com choque organizativo do sistema de ensino... Acho que essa visão é meio ilusória. Nós temos é que desencadear um processo. Aí nós teremos, gradativamente, uma qualificação do ensino básico como totalidade, porque não adianta fazer reforma do ensino superior sem que o ensino básico tenha uma atenção especial do governo. Um projeto de estratégias de qualificação de professores e assim por diante. E aí, num prazo de oito a dez anos, nós teremos um sistema educacional novo no Brasil, substancialmente melhorado.

Com o ProUni, o MEC buscou uma integração com as universidades particulares. O senhor diria que esse é o único caminho possível hoje?

Acho que essa integração é extremamente necessária. Porque nós temos que compreender o ensino superior como um sistema único, mas respeitando as características de cada instituição. Tanto as que têm fins lucrativos como as que não têm fins lucrativos.

Ou, dependendo da sua natureza jurídica, seja através da sociedade ideal, seja através de estrutura fundacional comunitária, ou não. Mas é necessário que tenhamos, nesse sistema, uma visão de que o sistema público, estatal, tem de se expandir e tem que ter um padrão de qualidade, para que ele seja o vetor estruturante do ensino superior no Brasil. Essa integração é extremamente necessária. Tanto é verdade que o ProUni surgiu de um diálogo do MEC com as instituições privadas de ensino, chegando a um bom termo. É esse bom termo que vai proporcionar, à medida em que o projeto estiver plenamente implantado, ao longo de quatro anos e meio, em torno de 450 mil bolsas. Isso significa que nós desencadeamos o maior programa de bolsas da história da República e que 70% dessas bolsas são gratuitas, porque o que tínhamos anteriormente, e temos ainda, o Fies, é um financiamento pago pelo aluno, não é bolsa, e o Creduc (Crédito Educativo) também é um crédito pago pelo aluno, não é bolsa. Portanto, nós temos um programa de bolsas que poderá se transformar, inclusive, num exemplo para a América Latina.

Mas houve críticas...

Nós recebemos uma crítica que dizia que isso era errado, que isso seria subsidiar a universidade privada. Esta é uma visão completamente conservadora, uma visão completamente alheia do que é um regime republicano. A educação republicana tem que permitir às pessoas o acesso ao ensino superior. Se a estrutura federal não tem

condições de comportar a todos imediatamente, o governo tem que ter uma política de bolsas como esta. A outra crítica que foi feita ao ProUni é que nós deveríamos, como disse o ministro Paulo Renato (ministro da Educação no governo FHC), não dar desconto em impostos para as bolsas. Que o MEC deveria pagar, comprar as vagas. Ora, é mais um equívoco. Absolutamente imprudente, porque isso significaria trazer esses recursos para o orçamento do MEC, rebaixando a capacidade de investimento. Porque isso aí seria computado como recursos para Educação. Então, a forma que nós fizemos é a forma mais adequada, mais barata e que implantou um sistema de bolsas revolucionário no País.

Como garantir as verbas para todos esses projetos?**E como conseguir o montante que será exigido para garantir o aumento da participação da universidade pública na média do ensino brasileiro?**

Aprovando o Fundeb e aprovando as normas que estamos propondo para o financiamento do ensino superior. O Fundeb dará um choque de financiamento do ensino básico do Brasil de R\$ 4,3 bilhões em quatro anos. São recursos substanciais que permitem iniciar uma revolução na educação. E na proposta de reforma do ensino superior está contida, também, uma proposta de financiamento. Para que se tenha uma idéia já estamos tomando medidas nesse sentido. Por exemplo: do orçamento de 2004 para o de 2005 nós já melhoramos.

Estamos recuperando 75% das perdas que o ensino superior teve nos últimos 10 anos com o financiamento do seu custeio. Supera o valor real em mais de 30% de recursos comparativamente ao orçamento de 2004.

Tarso Genro, 57, advogado, é o ministro da Educação (www.mec.gov.br/reforma).

Uma reforma do ensino superior não pode ser substituída por um plano estratégico de desenvolvimento